



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: MÁRIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 15ª audiência pública que a Comissão de Administração Pública realiza no ano de 2014. O objetivo é debater os seguintes projetos de lei: PL 166/14; 356/14; e PL 259/13.

Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 27/09/2014; no dia 29 de setembro, no jornal *O Estado de S. Paulo*; e no dia 30 de setembro, na *Folha de S. Paulo*.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Gostaria de convidar para fazer parte da mesa a Sra. Adriana Siano Boggio Biazzi, assessora-chefa técnica de obras da Secretaria Municipal de Coordenação de Subprefeituras.

O PL 166/14, de autoria dos Srs. Vereadores Andrea Matarazzo, Reis, Alfredinho, Claudinho de Souza, Rubens Calvo, Coronel Camilo, Coronel Telhada, Toninho Paiva e Roberto Tripoli, que permite a contratação pelo Poder Público de serviço de elaboração de laudo técnico para poda de vegetação de porte arbóreo, e dá providências correlatas.

O PL 356/14, de autoria do Vereador Marco Aurélio Cunha, altera a Lei Municipal nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, para estabelecer suspensão temporária de prazos para apresentação de impugnação a auto de infração, notificação de lançamento e recursos.

O PL 259/13, de autoria do Vereador Alessandro Guedes, que obriga o Poder Executivo Municipal a publicar na Imprensa Oficial, disponibilizar no site oficial da Prefeitura, e em cada unidade escolar, dados referentes à qualidade da educação

ofertada.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Vereadores autores dos projetos, assim como os demais Vereadores e as seguintes autoridades: Nunzio Briguglio Filho, Secretário Executivo de Comunicação da Prefeitura; Antonio César Russi Callegari, Secretário Municipal de Educação; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Coordenação de Subprefeituras representado, neste ato, pela Sra. Adriana Siano Boggio Biazzi; Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico; Wanderley Meira do Nascimento, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente; Luis Fernando Massonetto, Secretário de Negócios Jurídicos; Fábio Silvestre, do Conselho Municipal em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; João Paulo Faustini e Silva, Promotor do Grupo de Atuação de Educação do Ministério Público do Estado e Juventude do Ministério Público de São Paulo; Sr. Marcos da Costa, Presidente da OAB; Sr. Sérgio Rosenthal, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo.

Há duas inscrições para o PL 166/14.

Tem a palavra o Sr. Rafael Golim Galvão. (Pausa) Se ela ainda não chegou, passemos para o Sr. Alexandre Valdez.

O SR. ALEXANDRE VALDEZ – Há mais de um ano estamos lutando, nesta Casa, pela valorização da carreira dos Engenheiros e Arquitetos no Município de São Paulo. Agora, há um projeto que autoriza terceirizados a fazer o laudo para a poda de árvore dentro do Município de São Paulo.

Quando pedimos uma reestruturação da Administração Pública para que possamos fazer o nosso serviço a contento... Muitas vezes, se encerra o contrato, não há verba, aguarda um período até as equipes voltarem a trabalhar na rua, ficamos dependendo de terceirizadas para podermos fazer o serviço. Agora, até o nosso trabalho será terceirizado! Se de um lado não há verba para pagar o salário, haverá

verba para pagar o laudo terceirizado?

Para quem interessa o laudo de terceiros? Ao interesse público, que é a preservação, ou ao interesse privado, que pagará pelo laudo? Porque, pelo que entendi, será a própria Prefeitura que pagará pelo laudo.

Não há verba para dar aumento ao funcionalismo, mas haverá verba para pagar um laudo a terceiros?

Então, fica esse questionamento, porque talvez seja mais interessante sair da Prefeitura e vender laudo para a própria Prefeitura! Sete anos sem aumento e, de repente, vão pagar para fazer o serviço que eu faço!

Fica difícil acreditar em melhoria da prestação do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O senhor atribui, então, que eventualmente a demora em um laudo. Para fazer ou não uma poda de uma árvore, é decorrente de falta de Engenheiro nas subprefeituras.

O SR. ALEXANDRE VALDEZ – Isso.

P – Mas, hora em que se faz uma contratação terceirizada, não se está suprindo essa falta?

R – A princípio, sim.

P – A sua sugestão é de que...

R – Abra-se concurso público...

P – Para o ingresso de mais Engenheiros para que possam fazer esse trabalho. É isso?

R – Isso. É uma sugestão porque, não sei o valor de um laudo terceirizado, mas pagando 25 laudos, dará em torno... Vou chutar um valor hipotético de cem reais. O preço de 25 laudos, será o correspondente ao salário de um Engenheiro Agrônomo, hoje, na Prefeitura.

Então, a necessidade de expedir o laudo, não melhorará a nossa situação de trabalho.

P – Tá, mas vou explorar, mais um pouco, isso.

Nada impede que você faça contratação de novos profissionais. Mas um

processo seletivo, etc... de concurso, com todos os trâmites, demanda um determinado tempo. Concorda? Enquanto esse tempo não acontecer, como é que resolvemos essa questão das podas? Falo isso, porque na minha atividade de Vereador, volta e meia, recebo uma solicitação do Município em relação uma árvore que está com cupim, está condenada, ou que o galho está avançando sobre determinada coisa. Daí, percebemos uma grande dificuldade das subprefeituras em realizar esse serviço, seja por autorização ambiental, seja por falta de funcionários. Não sei exatamente qual é a razão. Mas podemos notar que o Município tem dificuldade em ver resolvido esse problema. Em sua opinião do jeito de resolver seria mesmo contratando mais profissionais para fazer esse serviço junto a Prefeitura do Município de São Paulo?

O SR. ALEXANDRE VALDEZ – Permita um histórico? Quando cheguei na Subprefeitura da Mooca, onde trabalho, havia um funcionário – já aposentou – dizia que há 30 anos atrás tinha 200 funcionários da casa, que saia todos os dias para a rua, para fazer o serviço de poda e conservação de área verde. Eram dez caminhões da Prefeitura, para fazer o serviço de poda, mas dez caminhões da Prefeitura para fazer os serviços de conservação. Eram todos funcionários públicos prestando um serviço público. Hoje, com muito esforço, começou hoje, mais três equipes. Então para encarar esse período do fim de ano, vamos ter quatro equipes de podas e a partir de novembro, vamos ter duas equipes de conservação.

P – Eram 10, hoje são quatro, é isso?

R – É.

P- Diminuiu?

R – Diminuiu, e hoje o serviço é terceirizado, dependendo de contrato. Entre o início da licitação até o exercício, início do exercício da equipe na rua, demanda um tempo. Em torno de um mês. Então se a verba foi congelada, a verba não chegou, ou necessitou-se da verba para outra coisa, ficamos aguardando liberação de verba para poder contratar. Quando equipe chega, o serviço já está atrasado. Houve um tempo, que falávamos: olha os serviços irão demorar de 30 a 45 dias, entre a entrada do

pedido e a execução. Depois vem uma área a mais, sem equipe a mais, nem engenheiro a mais para nossa área. Atrasou serviço, recebemos dois distritos: Brás e Pai. E nesse acréscimo de área não veio acréscimo na verba, nem acréscimo de técnico para melhorar os serviços da gente. Hoje já temos já vistoriado, publicado, só aguardando a realização dos serviços. Vistoria de 2013. Se não temos número suficiente de equipes na rua para executar o serviço, não é o fato de alguém expedindo mais um laudo, que vai melhorar, agilizar a prestação do serviço. Precisamos de técnicos, tem de substituir, vamos substituir. Pelo que entendi é só emissão de laudo para poda. Se há necessidade de remoção terá de ser os funcionários públicos. Sem aumento de salário vai dar para aguentar mais um ano? Duvido Muito! Então esse funcionário público vai embora. Estimulando os serviços terceirizados, não vamos melhorar a prestação dos serviços porque não terá equipe a mais para executar os serviços, estamos limitados na execução dos serviços pelo número de equipe que vai fazer a prestação do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Ok. Muito obrigado pela sua contribuição. Com a palavra a Sra. Audrey Castelo Branco, supervisora de projetos e obras da Prefeitura do Município de São Paulo.

A SRA. AUDREY CASTELO BRANCO – Apenas complementar a pergunta que você fez, sobre a necessidade de ter mais técnicos. Na verdade, hoje, em minha opinião o que dificulta o trabalho é a falta de equipes que não tem o suficiente para fazer as podas. Claro que se conseguirmos uma valorização no funcionalismo ter melhores salários, a gente também consegue contratar mais gente. Hoje o que acontece, as pessoas que entraram comigo, o último concurso, a maioria está

desistindo, hoje é impossível, um pai de família, uma mãe de família ganhar três mil reais por mês e conseguir se manter trabalhando o dia todo na prefeitura. É isso que estamos pedindo. Valorização no funcionalismo. O que temos de pensar, principalmente, na parte de poda e remoção de árvores, que a pessoa que faz um laudo, funcionalismo público deveriam ser pessoas imparciais e nunca tendenciosas. A partir do momento que a gente terceiriza as empresas contratadas com certeza não serão imparciais. A mesma coisa quando a Prefeitura paga uma gerenciadora de uma obra. Pouco tempo atrás fiscalizei uma obra que tinha gerenciadora, não vejo, que ponto a gerenciadora consegue fazer um trabalho imparcial. Desculpa, essa é minha opinião. O que precisamos hoje é de valorização e o grande problema que vejo, hoje de poda, são as árvores que estão na fiação. Quando um atinge uma fiação, a gente depende da Eletropaulo. E hoje todos sabem é notório que a Eletropaulo tem um mínimo de equipes para atender. Hoje a solução para São Paulo seria: valorização do funcionalismo para ter funcionários capacitados, capacitação que desde que entramos ao tivemos um curso de capacitação, é importantíssimo e não tivemos. A longo prazo temos de pensar como é em Curitiba, onde a Prefeitura, faz inclusive a poda de arvores na fiação. Deveríamos contratar equipes especializadas, fazer treinamento para que possamos fazer todas as podas e não depender, como dependemos hoje da Eletropaulo. Tem caso da Eletropaulo que esperamos dois a três anos para ser atendido. Imagina uma poda depender de dois a três anos. Muitas vezes a árvore cai, e não conseguimos podar. Isso sim. É uma falta de respeito com o Munícipe. Muitas vezes, nós como funcionário público, ficamos com as mãos atadas. Não depende da gente. E a gente agora, terceirizar o laudo, também não resolve. Acho que precisa resolver o seguinte: mais técnicos, e melhor remunerados.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Apenas dizer para vocês que não estou nesse acordo com o caminho que vocês estão levando essa conversa. Não tem problema nenhum. Mas o projeto não prevê demissão de ninguém. Ele não está se contrapondo ao que existe. Entendo o ponto de vista de vocês, estou querendo dizer que uma coisa não exclui a outra. Apenas isso. Não sou autor do projeto. Estou compreendendo que o Legislador está tentando melhorar a vida da cidade e apressar as coisas. Ele não está tentando prejudicar quem quer que seja, pelo meu entendimento.

Com palavra o Sr. Rafael Galvão.

O SR. RAFAEL GALVÃO – Boa tarde a todos. Cheguei um pouco atrasado, mas pude observar que todos já falaram de salários, quantidade de equipes. Vou procurar me atentar ao PL o que está escrito aqui e as coisas que estão em desacordo até com o que está escrito. O projeto cita só pedido de poda e vegetação de porte arbóreo. Ele deixa dúvida a ideia de que ele vai vistoriar somente a árvore com pedido para poda. Então se tiver um laudo que tenha remoção de árvore, como fica esse laudo? Ele não cita aqui esse tipo de coisa. Também não cita se a árvore está perfeita, e não precisa ser feito nada. Por exemplo, tem um morador que ele pede a poda de árvore, mas porque a calçada hoje em dia está quebrada. Aqui ele diz aqui, que ele vai fazer o quê? A poda. Daí então esse laudo não é válido, você arquiva isso. O PL também cita, a questão do laudo técnico referente ao biólogo e ao engenheiro que fez esse laudo da árvore. E pede para que ele guarde isso cinco anos. O próprio PL cita a criação do Sigsau. A criação do Sigsau, não pode ser “a criação”. Ele já existe há 10 anos. Ele foi criado há 10 anos. Ele é justamente a ferramenta que a Prefeitura do Município de São Paulo, buscou criar, para gerenciar essas árvores. Não entendo

porque alguém tem de guardar um laudo por cinco anos se a Prefeitura do Município de São Paulo criou um banco de dados para que fosse feita a vistoria e essas árvores fossem cadastradas lá.

A questão do técnico que vai fazer uma vistoria e o próprio técnico vai indicar para a empresa o que deve ser feito, isso estar citado aqui: informar os funcionários autorizados a realizar os serviços de corte ou poda, bem como responsável técnico. Isso será a cargo da empresa. Não passa mais pela Prefeitura. A pessoa vai, vistoria árvore, passa por uma terceirizada e executa serviços. A Prefeitura abre mão da gestão das árvores. Para mim isso não é o Estado cuidando do Meio Ambiente. Do meu ponto de vista. Se você terceirizou tudo, você nem olha mais para isso, a partir desse momento, o estado está ausente dessa situação. Uma terceira vistoria, a empresa executa e ela só informa o que fez o Estado não acompanha mais os serviços. Para me isso é ilegal.

Fala também da criação do Sisgau, que deve conter entre outras a questão do inventário. Grandes cidades do mundo, hoje, todas têm inventário da arborização. Em inventário, você não gerencia nada. Simplesmente você apaga fogo. Hoje temos de pensar, é poder criar um sistema que cadastre essas árvores e posteriormente verifico o que está bom, o que está ruim, como vou manejar isso. Inclusive posso pensar no dinheiro que será necessário para executar esses serviços. Não adianta eu contratar uma terceirizada para ficar vistoriando pedido de munícipes. Aqui você não consegue executar, eu no meu caso, sou supervisor de limpeza da Lapa, estou lá em três anos, trabalho com quatro equipes, quantidade grande para a subprefeitura, só no ano de 2014 temos 700 árvores removidas, 800 árvores plantadas, mais de três mil podas realizadas. Eu tenho, mais ou menos, quatro mil Sac vistoriados com ordem de serviço

emitida, sem poder executar, porque não tenho equipes. No que observo, não vou nem dizer do meu ponto de vista, o que observo hoje, não falta vistoria. Ou você altera o sistema que é feita a execução de serviço hoje na Prefeitura do Município de São Paulo, o sistema de trabalho que é feito, ou você contrata mais equipes pelo mesmo sistema. Mas não dizer que se houver mais gente para vistoriar vai diminuir a queda de árvores. Isso pode ficar bonito no texto, mas, na prática, entendo que não vá funcionar.

Tenho as árvores para serem podadas ou removidas, mas não tenho equipes contratadas para executar esse volume de serviço. Metade de 60 a 70% do serviço que eu tenho para executar depende, efetivamente, de Eletropaulo.

Hoje, a política que existe entre a Prefeitura e a Eletropaulo - não é o melhor dos mundos – mas eles estão acelerando o serviço, eles melhoraram, mas eu tenho em torno de duas mil podas para serem feitas, que são as que geram Ouvidoria, outro SAC e, como não são executadas ficam pendentes, ficam no limbo. Por isso, há um número de SAC elevado e, parece que não estão sendo feito, na verdade, não. Eu dependo de uma terceira pessoa, que é a Eletropaulo, para executar o serviço e não consigo.

Outros fatores, eu vejo, que fazem com que se chegue à frente e ver que não é a falta de técnico na maioria dos casos. Acredito que 90% das Prefeituras, ou 80, há um corpo técnico que consegue fazer alguma coisa, o que falta mesmo é o recurso para poder executar. Há subs que tem uma equipe. O que dá para fazer com uma equipe numa subprefeitura? Acho que nada.

Outro assunto é quando se fala no SISGAU, quanto à identificação de áreas para novos plantios. A ferramenta que hoje tem do SISGAU é de gerenciamento das árvores existentes, não para a identificação de novos plantios. Talvez seja a criação de uma nova ferramenta. Não sei.

Do ponto de vista do que está na lei, era isso o que eu queria dizer. Espero que tenha tido compreensão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Obrigado, Sr. Rafael.

Quero chamar a atenção de todos, parece que as pessoas que estão se manifestando o fazem da mesma maneira, enfim, discordando do PL. Só quero chamar a atenção para uma coisa: esse PL tem a autoria de dois vereadores do PT, três do PSDB, um do PMDB, um do PSD, um do PV e um do PR. O que mostra que houve um entendimento entre vários partidos para se chegar neste texto.

Penso que projetos que chegam com esta coautoria tão grande, chegam com muita força para serem votados no Plenário. Até pelo pouco prestígio dos autores do projeto nesta Comissão, eu queria fazer uma sugestão a vocês: independentemente de eu colocar à disposição o que vocês estão falando para os autores, que vocês pudessem colocar essas questões das equipes, etc., para os próprios autores.

Até porque há gente que foi secretário municipal, talvez a compreensão deles do problema seja diferente. Eles precisam ser alertados disso. Se não estão aqui para isso e, eventualmente, não têm essa clareza, por favor, eu pediria que vocês encaminhassem um documento colocando esses temas todos. Independentemente, repito, de nós disponibilizarmos tudo o que vocês falarem aqui.

Anuncio a presença do Vereador Gilson Barreto, que faz parte da Comissão.

Sr. Lucas Barusio.

O SR. LUCAS BARUSIO – Sr. Vereador Mario Covas Neto, bom dia, quero começar me apresentando e colocando à disposição, sou assessor do Vereador Andrea Matarazzo, um dos autores do projeto, até podíamos conversar ao final e, porque não, marcar uma reunião, inclusive com o Vereador para esclarecermos alguns pontos.

Aproveito, de todo modo, a audiência para colocar alguns apontamentos, a partir das pessoas que me antecederam se manifestaram. De fato, quero destacar uma proposta que não pretende rivalizar ou ser contraditória, ou afastar a luta pela abertura de novos concursos, ingresso de novos quadros, novas carreiras, valorização. Penso que não é exclusividade, infelizmente, da carreira de vocês, é um pouco sintomático de muitas outras, como na área da Saúde, na Educacional.

Por outro lado, sabemos que a Cidade, os milhões de munícipes, convive

com uma espera grande pelo corte de árvore. Sei que o gargalo não é somente a execução do serviço, mas também uma etapa, ou seja, o laudo que antecede.

A alteração específica na lei de 87, a 10.365, já autoriza, no seu artigo nono, a contratação de equipes terceirizadas para executar o corte, a poda, a remoção. Na verdade, seria para outro gargalo que, de fato, existe que é o laudo, a vistoria.

Fiz quatro apontamentos, com base na fala do Rafael, que me antecedeu. De fato, não foi um equívoco deixar de lado a remoção, ela propositalmente foi suprimida. A lei foca apenas na poda.

Por que a obrigatoriedade de manutenção do laudo por cinco anos? Como a proposta permite que se transfira, se delegue, essa função a uma terceirizada, existe uma responsabilidade técnica da pessoa que vai promover o serviço. Assim como o médico tem que guardar o prontuário, as prescrições, durante cinco anos, também não seria diferente com os escritórios de engenheiros ou biólogos que elaborassem o laudo. Independentemente de a Prefeitura armazenar essa informação por cinco, 10, 15, 20 anos, como tudo, vai para o arquivo morto da municipalidade.

Com relação ao SISGAU nós não desconhecemos, ele existe, foi implementado, custou uma fortuna. É uma ferramenta eletrônica que pretende auxiliar muito a tarefa. Agora, a ideia de criar e legitimar o SISGAU justamente por lei não é inventar o SISGAU 2.0, é atribuir ao valor normativo, reconhecido por norma, uma ferramenta que é importante, para amanhã não ser dispensada por outra, ou substituída por outro sistema.

Por fim, quero destacar a supervisão que continuaria sendo feita pelo quadro da Prefeitura, penso que faz parte do poder de polícia que não se delega, a supervisão, a expedição de normas técnicas.

Sobre a possibilidade de se terceirizar o laudo pode se dar por questões contingenciais, momentâneas, esporádicas, por exemplo, nos períodos mais chuvosos em São Paulo, quando se concentram os pedidos de poda. É uma ferramenta para agilizar o atendimento ao munícipe, que pode estar limitado a um curto período de tempo, mas não uma atividade de longo prazo e para sempre da Prefeitura e das

subprefeituras.

É somente isso, mas quero reforçar que estou ali no fundo, estarei à disposição para um contato.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Obrigado, Sr. Lucas.

O propósito dessas audiências públicas é exatamente termos a oportunidade e ouvirmos a opinião das pessoas, eventualmente, retirar, aprimorar ou, simplesmente, manter o projeto do jeito que está. É esse mesmo o objetivo. Agradeço a participação e a sua disposição em dialogar. Por favor, três minutos.

A SRA. FERNANDA SOLIGA – Boa tarde à Mesa e a todos os presentes.

Eu gostaria de dizer que o projeto de lei está tendo algumas sobreposições com outras leis já vigentes. A lei, no artigo 9º-A, diz: “Fica autorizado o Poder Executivo a contratar empresas ou profissionais autônomos cadastrados na forma desta lei para realização de vistoria e elaboração do respectivo laudo técnico para instrução dos pedidos de poda de vegetação de porte arbóreo”. O artigo 9º-B da mesma lei diz: “Fica instituído o cadastro de empresas e profissionais autônomos credenciados para realização do serviço de vistoria e elaboração do respectivo laudo técnico para poda de vegetação de porte arbóreo”.

Esses pequenos trechos que peguei do projeto de lei estão sobrepostos ao texto da Lei 15.470, de 2011, que em seu artigo 12, inciso IV, diz o seguinte: “Funcionários de empresas terceirizadas pelo Poder Público, especializados na poda e no corte de árvores para a realização desse serviço, orientados por engenheiros agrônomos ou biólogos dessas próprias empresas, devidamente inscritos em seus órgãos de classe, que realizarão previamente a vistoria das árvores a serem cortadas ou podadas, atentando para a necessidade ou não dessas medidas, responsabilizando-se por elas e submetendo-se aos subprefeitos para autorização final

do corte ou da poda de árvore”.

Ele ainda está ferindo a Ata de RP que está em vigência, referente à poda e remoção de árvore, que diz o seguinte, no seu item 3.6.1.4.: “O Engenheiro componente da equipe poderá realizar o cadastramento e/ou diagnóstico de árvores localizadas no entorno do exemplar onde está sendo executado o serviço, de acordo com os critérios definidos pela Fiscalização, mediante Ordens de Serviço emitidas pela Fiscalização em conformidade com a legislação vigente, desde que não comprometa a execução e acompanhamento dos serviços definidos no item 3.4.1.” Esse é o Termo de Referência do edital de uma Ata de RP que está em vigência hoje. A Ata de RP já fala que é permitido a um engenheiro agrônomo da terceirizada fazer o serviço. A legislação que li anteriormente fala a mesma coisa.

Também no projeto de lei, no artigo 16-A, está dito o seguinte: “Fica criado o Sistema de Gestão de Árvores Urbanas — SISGAU (...)”. O SISGAU, como o Rafael falou, já existe há mais de 10 anos, não com o nome SISGAU, mas inteiramente descrito, como funciona hoje, na Lei 14.186/2006, especialmente no artigo 4º: “Deverá ser implantado um banco de dados com programa de geoprocessamento que possibilite cadastrar todos os dados georreferenciados e estatísticas referentes às árvores urbanas e áreas verdes urbanas localizadas no âmbito do Município de São Paulo. § 1º Caberá à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente organizar e proceder os cadastros do banco de dados de que trata o ‘caput’ deste artigo. § 2º A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente deverá adotar uma metodologia para proceder ao cadastro dos dados, de forma a facilitar a análise, avaliação e o manejo das áreas verdes urbanas. § 3º No cadastro do banco de dados deverá

obrigatoriamente constar o mapeamento das áreas verdes urbanas municipais e um inventário por amostragem da vegetação arbórea urbana.”

Isso exposto, há algumas questões que eu gostaria de abordar.

Primeira questão: como fica essa sobreposição, uma vez que estaremos pagando duas vezes pelo menos serviço?

Segunda questão: quando terceirizarmos esse serviço, que hoje é exclusivo dos engenheiros, poderemos contar com uma imparcialidade da terceirizada? Porque o serviço público é imparcial, certo?

Em terceiro lugar: a contratação de mais engenheiros agrônomos pela Prefeitura de São Paulo não seria mais viável? Hoje o CREA, órgão que regulamenta nossa profissão, determina, por exemplo, que nosso salário mínimo seja de 8,5 salários. Hoje na Prefeitura ganhamos 4,4 salários. Se se abrir novo concurso, não haverá candidatos, como aconteceu neste ano com o concurso para arquitetos, que não conseguiu preencher vagas. Hoje o profissional da nossa área ganha mais do que o dobro em uma empresa privada.

Quarta questão: o excesso de laudos, pela proposta deles. Na contratação dessas novas empreiteiras, haverá um excesso de laudos de vistoria. Haverá os do engenheiro agrônomo e os das terceirizadas. Havendo excesso de laudos, não haverá equipes suficientes para executar as ordens de serviço geradas. Aí, haverá também uma oneração na contratação de novas equipes. Aqui, qual o principal detalhe? Você tem a terceirizada fazendo muitos laudos. Você tem poucas equipes. Aí, vamos resolver contratando mais equipes. Mas quem vai gerenciar essa fiscalização? São os engenheiros concursados. Não teremos pé para conseguir fiscalizar todo esse excesso de laudos que serão feitos. No nosso entendimento, a solução é a seguinte: aumentar

a quantidade de funcionários públicos para conseguirmos atender à demanda e conseguirmos gerenciar, mesmo que se contratem muito mais equipes. Iríamos suprir a demanda, mas não com seguiríamos fiscalizar. Assim, terceirizar nosso serviço acabará demandando muito mais do que hoje podemos executar.

Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Preciso suspender nossa audiência pública por alguns minutos, pois temos que respeitar o horário regimental de abertura da nossa reunião da Comissão de Administração Pública, que seria até 14h15. Suspenderei aqui, abrirei a reunião e a suspenderei, e voltarei para cá.

- Estão suspensos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Reabertos nossos trabalhos. Daremos continuidade à audiência pública sobre o PL 166/2014, de autoria dos Vereadores Andrea Matarazzo (PSDB), Reis (PT), Alfredinho (PT), Claudinho de Souza (PSDB), Rubens Calvo (PMDB), Coronel Camilo (PSD), Coronel Telhada (PSDB), Toninho Paiva (PR) e Roberto Tripoli (PV), que “permite a contratação pelo Poder Público de serviço de elaboração de laudo técnico para poda de vegetação de porte arbóreo, e dá providências correlatas”.

Tem a palavra o próximo inscrito, Sr. Jaime Vidal.

O SR. JAIME TORRES VIDAL ABREU – Boa tarde. Sou engenheiro agrônomo da Subprefeitura de Vila Prudente desde 1995 e estou na Prefeitura desde 1991. O que vejo aqui é uma série de coisas lançadas e mal montadas. O Vereador Gilson Barreto até me conhece pessoalmente e conheci o pai de V.Exa., Mario Covas. O problema é o seguinte: primeiro, o SISGAU foi jogado para nós, que, como

funcionários, tivemos que acatar - era a Portaria 44 do Secretário – para anotar 70 itens, ao invés de 15, em uma vistoria. Um absurdo. Ainda por cima, há colegas meus que fazem, como eu, vistorias em áreas críticas. Ficamos 30 minutos, 40 minutos ao lado de uma árvore fazendo anotações por conta do SISGAU, que não está informatizado, por isso nos toma tempo. Então, antes de qualquer outra coisa, esse é o primeiro problema a resolver.

Um segundo problema: em qualquer contratação de terceirização, todo técnico que mexerá com poda de árvore tem que aprender várias coisas. A principal delas é lidar com o público que pede a remoção. As pessoas que pedem a remoção o fazem porque caem folhas, porque elas têm dificuldades com determinada árvore. Talvez até uma sugestão válida aos Srs. Vereadores seria se aprovar uma autorização para o Sr. Prefeito fazer varrição em calçada – um outro PL. Talvez essa medida reduzisse o número de pedidos de poda. Talvez vocês pudessem fazer outra coisa mais interessante ainda: muitos políticos talvez não gostassem disso, mas seria válido elaborar uma ação fiscal para estimular o indivíduo que tem uma árvore em frente à sua casa a mantê-la bonita e saudável, com isenção de IPTU ou, no caso de uma calçada acima de 2 metros sem fiação, um acréscimo de IPTU. Essas são medidas que vão resolver problemas da cobertura vegetal em São Paulo.

Outra questão, importante, é a contratação de técnicos, se possível com a valorização necessária da carreira, já abordada pelos meus colegas.

Só posso trazer a vocês o que acabei de colocar e um material que estou terminando de fazer, de um curso de Gestão Pública, que revela todos esses dados com informações de uma pós-graduação. Vejo que vocês Vereadores têm boa vontade de fazer as coisas, não fazem as coisas para dar errado, vocês querem que dê certo. A

cidade de São Paulo precisa de uma arborização bonita. Estive em Buenos Aires e tive vergonha da nossa arborização, que está mais feia do que a deles. Só que não é aumentando o número de técnicos externos sem conhecimento que se vai resolver o problema. A solução está em incentivar o plantio de árvores em calçadas com largura e incentivando sua manutenção. Boa parte dos pedidos que recebemos vem às vezes da mesma pessoa que quer uma poda de rebaixamento drástica, que está proibida, que nem é recomendada tecnicamente. Isso é que agrava e aumenta muito nosso estoque de vistorias. As pessoas que mais reclamam são, inclusive, vizinhas das árvores que necessitam menos de serviços. É o tipo de problema muito interessante de ser observado na rua, porque a gente acaba percebendo que não basta ser só engenheiro agrônomo: temos que ser meio psicólogos. No começo, eu queria fazer 30, 40, 50 vistorias em um dia. Hoje eu quero fazer 10, mas quero olhar no olho de cada munícipe que pediu a poda para eu dizer a ele por que eu não vou autorizar, por que ele deve manter aquela árvore e em que condições ele deve aproveitar aquilo. É algo complicado, e aos poucos vamos percebendo a importância de detalhes como a varrição das calçadas, de o técnico estar preparado para fazer o contato com o público – e imagino que a maioria dos meus colegas já têm esse costume, *etc.* A solução é nesse sentido, e não no sentido de se administrar projetos pela metade, como foi o SISGAU, que caiu no nosso colo. Espero que agora consigamos fechar o SISGAU – e estamos trabalhando para isso – para que ele seja mais uma ferramenta do que uma pedra no meio do caminho. Porque 70 itens para você anotar de uma árvore, puxando trena a 300 metros de distância para localizar essa árvore em relação à quadra anterior *etc.*, todos esses detalhes que estão no SISGAU poderiam ser resolvidos com GPS, com um sistema de fotografia mais adequado, pelo qual se fotografa a árvore e já se

puxa toda a dendrometria. Temos a tecnologia para melhorar a produtividade de todos esses técnicos aqui. Os técnicos todos têm a experiência e a vontade de fazer. O que é difícil de entender é para que abrir essa outra possibilidade, mais cara, e não trabalhar profundamente a melhora e o aprimoramento do SISGAU para que ele seja uma ferramenta que nos dê velocidade, ao invés de nos atrapalhar, e dar continuidade à atenção ao munícipe. E, se possível, que vocês elaborem outros PLs para que a gente possa varrer a calçada e melhorar as condições das pessoas que têm árvore e cobrar das que não têm para que elas tenham. Muito obrigado, senhores. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado a você. Eu gostaria só de fazer uma reflexão. Existem situações que não dependem de um projeto de lei ou de uma lei para acontecer, mas de um ato administrativo do Executivo. Às vezes, o Vereador se vê com problemas de resolver uma demanda que a população coloca, mas ele não sabe muito bem como fazer isso na medida em que ele não tem a influência para que as determinações aconteçam de fato. Muitas vezes, o caminho que ele encontra é de um projeto de lei para tentar resolver um problema que, eventualmente, seria muito mais fácil de ser resolvido no âmbito administrativo. Acho que a poda é exemplo caro disso. Vocês estão levantando uma série de argumentos, todos eles pertinentes, mas existe mesmo uma demanda grande na Cidade - digo isso porque meu gabinete tem sido acionado nesse sentido – de questões que não são simplesmente de queda de folhas ou coisas análogas. Mas creio que haja situações desse tipo também e não vejo nada estranho nisso. Mas me permitam falar só mais uma coisa. Para mim, a questão da calçada é tão importante que tem que ser pública, e não é uma questão de colocarmos isso em projeto de lei, porque se trata de inconstitucionalidade. Não dá para você atribuir ao dono do imóvel a responsabilidade

sobre seu passeio. Afinal, no passeio há a árvore, há o poste, há o esgoto, há a água etc. O próprio nome diz: passeio público. E mais: as pessoas que transitam pelo passeio não são normalmente os moradores da residência, mas outras pessoas, muitas das quais com necessidades especiais, idosas etc. Por ser o passeio público, a varrição, por exemplo, seria responsabilidade pública, não teria que haver um projeto de lei a esse respeito.

Mas, enfim, de minha parte, incentivei meu partido a entrar com uma ação, que o fez: entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade para que, quem sabe, um dia a justiça determina isso e, aí, valha para todos os municípios do Brasil.

Passo a palavra ao Vereador Gilson Barreto, que quer fazer uma consideração.

O SR. GILSON BARRETO – Muito obrigado, Presidente. A meu ver, o projeto dos nobres Pares foi um projeto de impulso. No mês de maio, quando houve a queda de várias árvores sobre carros e jardins, naquele momento os Vereadores fizeram o projeto de lei que hoje está aí. Mas a realidade é uma só: em 1992 a Prefeitura de São Paulo tinha o maior corpo técnico desse País, engenheiros, arquitetos, agrônomos na Cidade de São Paulo. Em 1992 acharam que todos eram pelegos e começaram a substituir pelos chamados calças jeans e daí deteriorou a Prefeitura. De lá para cá a administração pública em geral virou uma baderna, você põe para gerir um departamento técnico de engenharia qualquer um que viesse de fora mesmo sem ser engenheiro. Isso virou uma bagunça.

Antes os engenheiros, arquitetos e agrônomos conheciam a cidade de São Paulo, tinham nas suas mãos em cada subprefeitura a quantidade de árvores, o que

acontecia, quais os problemas que tinha. Quando surgia algum problema só pegar o equipamento necessário e as pessoas iam lá e resolviam. De lá para cá a coisa infelizmente chegou a esse ponto que está.

Hoje a Prefeitura está jogando tudo para o particular, já vem jogando ao longo dos anos e isso é um absurdo. Enquanto a Prefeitura não reconhecer que errou e começar a fazer concurso público para engenheiro, arquitetos e agrônomos nós vamos ficar capenga na Prefeitura de São Paulo. Hoje com o salário de engenheiro ele não pode pagar uma faculdade para o seu filho para ser engenheiro igual a ele. Ou trabalha particularmente também ou ele não tem condições.

Como vamos dar autorização para uma empresa que não tem responsabilidade nenhuma a não ser a parte financeira cuidar dessa questão do meio ambiente na Cidade. A responsabilidade depois vai ficar para os agrônomos, eles colocam como os responsáveis e cara vai lá e faz, como a Eletropaulo faz e não tem o que falar. A coisa está uma bagunça, eu não entendo mais nada e estou triste com a situação de São Paulo e, principalmente, deteriorando os profissionais que temos.

Esse projeto vai passar pela Política Urbana, vem para essa Comissão e vamos fazer uma melhor reavaliação e as entidades podem colaborar com isso, trazer um substitutivo para quando estivermos na nossa Comissão apresentarmos um projeto a contento que venha a resolver o problema.

O 156 gastava 26 milhões por ano, passou para 116 milhões e não aumentou nada. Fizemos uma comissão de estudos e é um absurdo, uma ladroagem que nunca via igual. Mandamos para o Ministério Público e não sei tem hora que...a nossa responsabilidade é fiscalizar o Executivo, principalmente, o dinheiro público. Mas, não sei como vai ficar essa Cidade, o Estado e País. Ando muito triste depois de

6º mandato nesta Casa vemos tantos projetos que não contribuem em nada e só atrapalham.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Esse projeto está agora na Comissão de Política Urbana ele virá para cá. É prerrogativa do Presidente da Comissão indicar o relator do projeto e já estou de antemão que V.Exa. será indicado. Então, as sugestões já podem ser passadas para o Vereador Gilson Barreto.

Tem a palavra a Sra. Adriana Borges, que é assessora chefe e técnica de obras.

A SRA. ADRIANA BORGES – Eu só quero fazer um esclarecimento a respeito da situação com a Eletropaulo. Realmente, temos conhecimento da quantidade de serviços pendentes da Eletropaulo, que é muito grande, não é só na poda, é na quantidade de remoção de postes, então, a gente está com uma demanda muito grande com a Eletropaulo e junto com a Secretaria de Governo Atos está fazendo reuniões com a Eletropaulo para ver se eles conseguem se organizar para atender a Prefeitura porque hoje realmente a Eletropaulo não está atendendo a Prefeitura na demanda de poda e nem nas demandas de obras de remoção de postes. Estamos trabalhando nisso.

Se vocês quiserem mandar alguma coisa para mim por e-mail sobre essa parte com a Eletropaulo porque a gente vai começar a ter a partir da semana que vem reuniões semanais com a Secretaria de Governo e a Eletropaulo.

O SR. GILSON BARRETO – Nós não estamos invertendo o papel, transferindo para Eletropaulo não estamos indo a reboque da Eletropaulo em vez de ser o contrário?

A SRA. ADRIANA BORGES – O que acontece é que quando as árvores

estão sob a fiação da Eletropaulo a gente não pode fazer a poda.

P – Mas, não cabe a nós, como Prefeitura, dizer o que fazer e não ao contrário?

R – A gente faz isso.

P – Hoje estamos recebendo ordens da Eletropaulo.

R – A gente manda as demandas para a Eletropaulo e o que acontece é que ela é lenta. Não executa em muitas dessas demandas, dessas reclamações que a gente está recebendo, que as subprefeituras e os Vereadores recebem são em função da lentidão da Eletropaulo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Mas não há nenhuma penalidade pela demora? N

R – Infelizmente, não.

P – Não tem um contrato?

R – Na verdade ficamos negociando direto com a Eletropaulo pedindo agilidade. Temos os representantes da Eletropaulo...

O SR. GILSON BARRETO – Você tem como mandar esse contrato para a Comissão da Eletropaulo com a Prefeitura?

R – Temos sim. Eles tinham uma meta a ser atingida, mas eu não lembro o número. O Danilo é engenheiro agrônomo e trabalha comigo em Atos e controla isso diariamente, eu não tenho esses números de cabeça.

O SR. DANILO – Para esclarecimento no final do ano passado com o programa de chuvas de verão foi realizado um trabalho com a Eletropaulo e com as Subprefeituras no sentido de que a Eletropaulo tinha de atender pendências muito antigas que estavam faltando serem atendidas nas subprefeituras. Esse trabalho

culminou com mais de 20 mil podas no total de 16 mil e algumas ela fez rebaixamento e a subprefeitura fez a remoção das árvores, no entanto, com esse trabalho que a Adriana falou que vai ser feito vamos levantar novamente os pedidos que podem estar pendentes junto às subprefeituras para que possamos realmente entender o que nos falta ser atendido.

Números formais ainda não temos, vamos levantar, mas as subprefeituras controlam a quantidade de ofícios que emitem e não são atendidas e o que nos cabe é compilar essa quantidade para que possamos dar uma resposta e até mesmo cobrar a Eletropaulo da quantidade de ofícios que precisam ser atendidos. Fora a questão do cabeamento, que é muito antigo e em São Paulo existe uma lei que pede a troca desse cabeamento para um ecológico que exige até menos podas das árvores em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Eu peço a gentileza que nos mandem o contrato, acho que é muito interessante a gente se debruçar sobre ele porque de fato precisa saber se tem alguma penalidade e me incomoda um pouco porque o interesse da Eletropaulo obviamente é diferente do município e da Prefeitura, ainda que a Prefeitura não esteja em desacordo com os objetivos da Eletropaulo, mas temos outras questões que precisamos analisar e ver se essa relação não está desproporcional.

Não há mais inscritos para tratar do PL, também, em relação ao PL 356 e o PL 259.

Tem a palavra o Vereador Andrea Matarazzo.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Quando eu estive na Prefeitura vivi bastante essa questão da poda de árvores e como cidadão continuo vivendo o pesadelo na poda. Quando fiz esse projeto, foi em função do que eu via no dia a dia.

São Paulo é uma cidade grande, você tem cerca de 570 mil pontos de luz e não consigo entender bem porque, mas se tem o hábito de se plantar árvores nas calçadas embaixo da rede elétrica e árvores de grande porte. Poderia ser como em vários lugares do mundo determinadas espécies. Aqui planta-se qualquer coisa.

Quando eu era Presidente da Eletropaulo, lembro-me que cerca de 50% da queda de energia elétrica é causada pelas árvores embaixo da rede elétrica, que chacoalham com o vento e os reles automáticos desligam a rede. Ao mesmo tempo você tem em algumas áreas da cidade, como é caso dos Jardins, Pacaembu, Auto de Pinheiros, um parque arbóreo extremamente antigo muito contaminado de cupins, portanto, precisando remoção.

Você tem vários problemas com o negócio da poda de árvores. Se não me engano, hoje, na minha época eram cerca de cento e poucos agrônomos da Prefeitura; a lei exigia que com só o laudo de um agrônomo da Prefeitura a poda ou a remoção de árvores poderia ser aprovada. Ao mesmo tempo havia a poda feita pela Eletropaulo, só que é feita só na altura dos fios.

Tudo isso mostra um pouco a confusão burocrática que envolve a questão das árvores. Ao mesmo tempo, hoje há um problema mais grave do que há oito, nove anos, que é o trânsito. Num dia de chuva, várias árvores caem em São Paulo, uma média de 30 a 40. Todos nós assistimos o drama que é o tempo que leva um carro para chegar aos lugares onde estão essas árvores para poderem retirá-las. Ou seja, não há vantagem nenhuma em se ter uma limitação tão grave para a retirada ou poda das árvores, principalmente para a poda, pois não há necessidade.

A ideia do projeto é que a Prefeitura credencie certo número de agrônomos ou empresas que tenham agrônomos formados para que eles possam fornecer laudos

para a poda de árvores, não para a remoção. Obviamente, a Prefeitura remuneraria, mas também facilitaria para ela.

Acho que é importante as pessoas – principalmente as que não foram vítimas de uma necessidade dessas – saberem que leva quase dois anos para a remoção de uma árvore. Além disso, as árvores quebra calçadas devido ao crescimento de suas raízes, e a Prefeitura multa por calçada quebrada. Tudo, então, está errado nesse processo, mas isso poderia ser simplificado para as pessoas.

Friso que para a remoção o processo é diferente, porque se corre o risco de haver corrupção se a remoção tiver que acontecer em função de alguma obra. Os agrônomos da Prefeitura podem ter um pouco mais de segurança a esse respeito.

Ao mesmo tempo, manter esse sistema que existe hoje significa continuar a estimular o mercado paralelo de empresas cujas propagandas vemos no topo dos postes. Não se consegue o laudo na subprefeitura, mas se ligar e pagar para essas empresas, consegue-se rapidinho, em 10 a 15 dias.

Antes de ser contra, portanto, temos que pensar. Queria até saber a razão de ser contra isso. É a segunda vez que estou fazendo esse projeto e o Prefeito veta. Ou se quer estimular a corrupção, ou queremos manter um cartório ou até podemos acreditar que a Prefeitura quer maltratar o cidadão, pois percebemos que a atual gestão tem certo prazer em irritar o cidadão. Pode ser que seja isso.

Essa lei não envolve nenhuma genialidade, só desburocratiza e não dispensa a necessidade de haver agrônomo na Prefeitura. É bom e preciso que haja. Ele só não precisa ir até a árvore, mas é ele quem faz a última vistoria na licença. Teoricamente também não precisaria, mas vamos manter; a mudança vem aos poucos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Conheço todos os gargalos porque vivi isso na pele.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Não entendi.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Querida, vou levá-la à Rua Canadá, entre a Rua Bolívia e a Avenida Brasil, árvores que foram plantadas há 15 dias estão apoiadas na rede elétrica. Vamos lá, querida. Você está falando que eu não conheço e eu a desafio. Vamos lá ver, porque fiquei indignado. Estou falando isso porque eu vi.

Essa conversa de que não funciona é a que ouvi durante cinco anos na Prefeitura, e as árvores continuavam levando dois anos para serem podadas ou continuam caindo. Eu mesmo fiz projetos de arborização com árvores debaixo da rede elétrica em São Paulo. Quando eu mandava pôr árvore...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Eu estou falando. Eu estou falando, não dei a palavra. A própria Prefeitura não faz, a Secretaria do Verde não faz a distinção de árvores. Pode até ser que faça, mas não está cumprindo, assim como na minha época eu não cumpria, porque, como Secretário, falei umas 300 vezes de árvores embaixo da rede elétrica. Nunca consegui. Vai lá ver: Rua Canadá, entre a Rua Bolívia e a Avenida Brasil, do lado direito de quem vai na mão da rua. Se não me engano, são quaresmeiras, já bem altas, todas apoiadas na rede elétrica. Está até bonitinho, porque elas são cumpridas e encostam nos fios de forma a não caírem para nenhum lado, não precisam nem de suporte.

Passei cinco anos, Vereador Covas, observando essas coisas. Vi o custo

que tem para a Prefeitura, mas principalmente o custo que tem para o cidadão e a tragédia que é para ele em vários lugares da Cidade, dos Jardins à periferia.

Sei que a tese desagrada os agrônomos da Prefeitura, não tenho dúvida disso, mas eles são extremamente necessários. Acho que, pela capacidade e pelo conhecimento que eles têm, acho que há coisa mais importante para eles fazerem do que irem até a árvore para ver se ela caiu mesmo ou se vai cair e pode podá-la. Ele pode fazer isso com outro agrônomo, pois há coisas que precisam ser definidas, como árvores para plantar, a necessidade ou não de remoção de árvores devido a projetos imobiliários, o próprio tratamento fitossanitário de todas as árvores de Higienópolis, de Pinheiros, do Jardim América, do Jardim Europa, do Morumbi, que estão todas bichadas. Sabemos disso e, na época, fizemos um levantamento com o IPTU... Não é engraçado. Você pode estar achando engraçado, mas é triste.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Desculpe, falo do centro do poder econômico, mas pode ser que depois eu fale da periferia. Falar tudo ao mesmo tempo não dá. Se eu começar a falar das paineiras de São Miguel Paulista, provavelmente alguém aqui vai reclamar que eu só falo da periferia. Então, eu estou falando onde elas são mais óbvias, porque todo mundo aqui sabe que qualquer árvore dessa região a que estou me referindo está com cupim dentro. O IPT fez um levantamento e são 1.500 árvores com problemas, que precisam ser removidas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDREA MATARAZZO – A Prefeitura que tem que fazer o seu papel.

- Manifestação fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Não, não, não é a Eletropaulo.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, por favor!

O SR. ANDREA MATARAZZO – Vocês terão o tempo todo para debater.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, todo mundo teve direito de falar, ninguém foi interrompido. Deixem-no terminar. Para quem quiser falar depois, eu abro a palavra. O debate, assim, não é produtivo. Deixem-no terminar seu pensamento.

O SR. ANDREA MATARAZZO – É minha opinião. Se todo mundo achar que eu estou errado, podem depois falar à vontade, não há problema. Estou dizendo o que observei e vivi. Sabemos que é um problema. A opinião pública não é fácil nesse sentido. Por exemplo, se formos ver agora se está tendo uma crise grande na Luiz Carlos Berrini, que é aqui também no centro do poder econômico, como ele está dizendo. É lá que estão fazendo o corredor de ônibus, é de lá que estão tirando árvores. Não posso falar de outro lugar. Lá está havendo uma crise enorme, porque estão sendo removidas 80 árvores. Mesmo a remoção tendo sido aprovada pela Secretaria do Verde, a população está em polvorosa. Alguém devia estar lá explicando para as pessoas que as árvores precisam ser retiradas porque vai ser feita uma faixa de ônibus e que algumas árvores vão ser transplantadas e dizer para onde.

Acho esse é um papel muito mais nobre para os agrônomos da Prefeitura do que o que exercem hoje. Vou dar um exemplo, o mais bizarro de que me lembro, de logo quando cheguei à Subprefeitura da Sé. Um munícipe me ligou pedindo

encarecidamente para que removêssemos uma árvore da porta de seu túmulo no Cemitério da Consolação, pois ele estava esperando há um ano. Saí da Subprefeitura da Sé para virar Secretário. Dois anos depois, recebi um telefonema da esposa desse munícipe dizendo que o cara tinha morrido e que, se não fosse retirada a árvore, ele não poderia ser enterrado.

Esses são os dramas que envolvem as árvores de São Paulo. Pode ser engraçado, mas não é. É importantíssimo o parque arbóreo de São Paulo e a função de agrônomo é fundamental, mas o fato é que os procedimentos que a Prefeitura segue – e não é só em relação a isso – estão errados, estão muito burocratizados e podem ser muito melhorados, não tenham a menor dúvida. Os engenheiros precisam ter mais condição de trabalho e precisam ser oferecidas muitas mais condições de eles se atualizarem e se recapitarem. Enfim, é um monte de coisas. O que não é possível é o munícipe esperar dois, três anos ou a árvore cair em cima de sua casa ou de automóveis, porque vai acabar matando mais gente do que aconteceu.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador, pela manifestação. Eu só queria dizer o seguinte: já houve quatro ou cinco pronunciamentos em que as pessoas relataram problemas. A secretaria da Mesa já está instruída para mandar o áudio para os autores do projeto. Sugiro também que as associações façam questões e encaminhe um documento, tendo em vista que esse é um projeto coletivo e que chega com força para o Plenário. Então, se há alguém que se posiciona contrariamente, coloque essas razões no papel para que sejam levadas aos demais Vereadores, porque às vezes, ao querer resolver um problema, criamos outro. Ninguém é dono da verdade.

Como havia me comprometido, abro a palavra para quem quiser fazer uso da palavra, sempre respeitando as opiniões divergentes. Por favor.

Tem a palavra a Sra. Karen.

A SRA. KAREN – Boa tarde. Sou engenheira agrônoma da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi. Quando o Vereador Andrea Matarazzo citou o fato de árvores estarem encostando na fiação, logicamente isso é um quadro que existe. Nenhum de nós ignora, mas é acho que seria bem mais válido começarmos a investir num cabeamento subterrâneo, como acontece em grandes cidades do mundo, na Europa, como ele mesmo citou. Aliado a isso, uma arborização muito mais bem planejada, mais organizada, o que diminuiria grande parte desses problemas e indo ao encontro do que hoje em dia se espera, uma arborização muito mais intensa, pois é o que precisamos para o futuro em prol da melhoria do meio ambiente, do oxigênio.

É muito fácil dizer que árvores terão que ser removidas por causa da fiação, por causa do cupim. Nós que trabalhamos nas subprefeituras sabemos dos problemas que encontramos no dia a dia e que debatemos com os munícipes. Sabemos também que não é por que uma árvore tem cupim que necessariamente ela terá que ser derrubada ou cortada. Dependeríamos, sim, de uma política de tratamento fitossanitário para poder tratar dessas árvores e não simplesmente removê-las por conta de cupim, pois a situação depende do grau de infestação desse cupim.

Há muitos aspectos técnicos envolvidos que não podem ser simplificados dessa maneira, ao dizer que tudo acontece porque as árvores estão com cupim e porque estão encostadas na fiação. Além disso, precisamos, sim, de um trabalho mais intensivo da Eletropaulo, como já discutimos, e de valorização dos técnicos, que também já foi discutido. Os técnicos têm esse debate com o munícipe, como disse o

Alexandre.

Em relação ao projeto, infelizmente não cheguei a ler porque fiquei sabendo dele hoje e não estávamos preparados, não houve nenhum contato com os agrônomos. Acho que seria bastante proveitoso se os agrônomos tivessem sido talvez consultados em relação a essa possibilidade para que isso fosse discutido antes.

- Aplausos.

A SRA. KAREN – Se as equipes especializadas vão realizar apenas os laudos de poda, queria saber como a triagem vai ser feita, porque os SAC chegam às subprefeituras com o assunto poda ou remoção. Porém, muitas vezes, numa árvore que está especificado para poda, o munícipe quer que seja retirada a qualquer custo, ou seja, quer sua remoção. Então, como vamos saber para qual SAC vamos enviar a equipe terceirizada e para qual SAC vai se direcionar o agrônomo da Prefeitura. Será que o agrônomo da Prefeitura vai ter que ir a todas as áreas antes para constatar para qual ele tem que se dirigir? Não estou vendo muita praticidade nesse novo método que deverá ser implantado.

Acredito, sim, que isso é um esvaziamento, é uma desvalorização tremenda do trabalho do agrônomo na Prefeitura, porque a gente já está num grau de penúria e estão querendo tirar uma parte de nossa função, uma parte intrínseca, muito importante do nosso trabalho na Prefeitura.

Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – A título de esclarecimento, no início desta sessão, disse a todos os que foram convidados que a notícia desta audiência pública foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, no jornal *O Estado de S.Paulo* e no jornal *Folha de S.Paulo*. Nosso alcance de interesse talvez não

tenha atingido algumas pessoas, mas tentamos dar a maior publicidade possível a esse projeto. Aliás, todas as audiências públicas são feitas dessa maneira.

Tem a palavra a Sra. Adriana Biazzi.

A SRA. ADRIANA BIAZZI – Boa tarde. Sou engenheira agrônoma da Prefeitura de São Paulo. Trabalho na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Esse projeto do Vereador Andrea Matarazzo passou, sim, pelas minhas mãos e dei um parecer extremamente contrário a ele porque estava incluída nele a questão da remoção de árvores. Esse discurso de não se remover árvores é de agora, porque aventamos a possibilidade de estarmos ferindo uma questão pública e o interesse de essas empresas estarem vendendo um serviço conjugado de remoção e de laudos. E era assim que isso estava escrito.

Essa possibilidade de só ser feita a poda veio agora nessa nova correção, porque, quando o projeto chegou, há três meses, à Secretaria do Verde, ainda estava constava a questão da remoção de árvores.

Creio, então, que ainda estamos em processo e isso pode ser mudado. Acho também que há erros crassos na interpretação dessa lei, Vereador, porque as árvores de São Paulo não caem por falta de poda, mas por afloramento de lençol freático e pela ação do vento. Quando falamos de poda de árvore, falamos de outras questões, como a remoção de obstáculos, dentre outras coisas. Agora, isso não tem nada a ver com remoção de árvores. Não só 1.500 árvores que estão infestadas com cupins, são todas as árvores de São Paulo. Temos em São Paulo um cupim que veio da China, o *coptotermes gestroi*, que chegou aqui em 1901. Todas as árvores de São Paulo que são suscetíveis a cupim estão infestadas. Ponto final.

Qual a alternativa? Vamos tirar todas as árvores de São Paulo por que elas

estão infestadas? Não. O que vamos fazer é conviver com esse cupim, vamos ver qual a condição de conviver com essas árvores, porque tirar todas as árvores de São Paulo não é a alternativa. Vamos ver quais as condições de convivemos com essas árvores. Se está dando problema com a Eletropaulo, temos que começar a fazer redes compactas ou enterrá-las, como já dispõe uma lei de São Paulo, que obriga a Eletropaulo a enterrar por ano até 250 quilômetros. Não me perguntem por que do “até”, porque para mim seria “a partir de”. Por isso, para mim, essa lei já é uma lei malfeita, porque não se propõe para uma companhia enterrar “até” 250 quilômetros. A coisa já está malfeita. Existem, então, alternativas.

Por mim, não só plantaria árvores de grande porte, mas que crescessem rápido, como guapuruvus e paineiras para que a rede da Eletropaulo fosse logo arrancada e ela tomar uma providência, para realmente fazerem uma obra de primeiro mundo. Estamos na Prefeitura de São Paulo e não podemos defender a gestão da Eletropaulo.

- Aplausos.

A SRA. ADRIANA BIAZZI – Sinceramente, o problema da Eletropaulo e da queda de energia não é problema meu. O que estou defendendo são as árvores.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Desculpe-me interrompê-la, mas não podemos querer que as coisas sejam destruídas para depois aparecer um novo mundo.

A SRA. ADRIANA BIAZZI – Não é isso. O que acho é que existem benefícios da arborização urbana...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tratar da poda de árvore não quer dizer que estamos querendo destruir a rede elétrica da Cidade. Não.

A SRA. ADRIANA BIAZZI – O que estou dizendo que existem alternativas tecnológicas que a Eletropaulo não implanta por questões econômicas, porque não interessa a ela.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Esta audiência pública é para discutir o projeto. Na relação com a Eletropaulo...

A SRA. ADRIANA BIAZZI – O projeto tem erros crassos de interpretação a respeito de arborização pública, porque não foi feito por técnicos. Desculpe, mas ele deveria ter sido elaborado por técnicos. Não podemos para isso selecionar um engenheiro civil ou um administrador. Assim como eu não me habilito a fazer isso em outras áreas, acho que faltou essa habilidade do Vereador Andrea Matarazzo de escolher pessoas especializadas na área e discutir isso a fundo. É muito fácil propormos uma coisa dessas baseados em nada, sem conhecer a fisiologia da árvore.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Por favor, você conclua, por gentileza.

A SRA. ADRIANA BIAZZI – Concluo que é um projeto malfeito, mal-intencionado e com o foco errado e tem que ser retirado imediatamente, porque não merece nem uma reformulação.

É isso que eu concluo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Devido ao horário da sessão ordinária, às 15h, temos que encerrar esta audiência pública.

Se alguém ainda quiser falar, peço que seja extremamente rápido. Por favor.

A senhora quer falar? (Pausa) Tem a palavra a senhora.

(NÃO IDENTIFICADA) – Extremamente rápida. Eu só gostaria de fazer uma pergunta, já que o Vereador veio com várias críticas. Antes, porém, quero dizer que

temos regras de arborização, existe um manual de arborização. Se ela não é feita a contento, temos que rever.

Pergunto ao Vereador Andrea Matarazzo se ele já parou para pensar por que São Paulo não é referência em nada. Não somos referência em inventário, em arborização nem em iluminação pública. Trabalho aqui e moro em Santos, onde a iluminação é toda em LED, que está começando agora na cidade de São Paulo. Então, precisamos parar e pensar o que precisamos fazer para melhorar a cidade de São Paulo, começando pela valorização os profissionais que estão aqui e melhorando a qualidade de serviço.

Tenho até vergonha de dizer que eu trabalho aqui, porque São Paulo não é referência em nada, estamos atrasados. Há cidades do interior mil vezes à nossa frente em termos de arborização, em iluminação pública, em adoção de praça, que nem isso conseguimos aqui.

Alguma coisa está errada e precisamos rever antes de criticar.

Só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

O SR. ANDREA MATARAZZO – Um aparte. Fui direto ao ponto. Primeiro, não quero tirar árvore nenhuma de São Paulo. Se há alguém que é obsessivo em plantar árvore e não tirar árvore doente sou eu. Acho justamente que precisa se fazer tratamento fitossanitário na árvore. Aliás, precisa ter um projeto para a cidade de São Paulo, não só para o centro, mas para a cidade toda, para o tratamento e manutenção dessas árvores.

À engenheira da Secretaria do Verde, que está bastante agressiva, vou dizer o seguinte: você está achando ruim que foi mudado o projeto, mas eu mudei porque

vocês tinham interpretado no projeto que tinha a remoção de árvores. E tirei. Achei ótima a sugestão de vocês, como acharia ótimas outras sugestões.

Segundo ponto. Foi feito por técnicos, sim. Pode ser que ele não esteja de acordo com o pensamento geral e que possa ser aperfeiçoado.

Foi dito que há um manual de plantio de árvores, mas também há um manual de calçadas em São Paulo, e vejam como são as calçadas. Insisto, com o seu manual de plantio, vá à Rua Canadá e vejam que não cumprem. Não é culpa dos agrônomos, mas não cumprem porque a Prefeitura, no seu conjunto, é ruim de procedimentos.

Então, acho que temos que aperfeiçoar o projeto. Como disse perfeitamente o Vereador Covas, mandem sugestões. Quanto a isso não há nenhum problema. A ideia é melhorar para que justamente as árvores se mantenham e não para tirar árvores, como você está querendo dizer. Ninguém está querendo tirar árvore. Muito pelo contrário, eu adoraria plantar muito mais árvore.

Quanto à Eletropaulo, explico que, pela legislação federal – e não é a Eletropaulo que decide isso –, quem tem que pagar a conta do enterramento de fios é o contribuinte, é o usuário. É, portanto, impraticável para eles fazer mais do que esse número por ano.

Terceiro ponto. Não vou elogiar a Eletropaulo, nem tenho por que, porque, cá entre nós, se há um serviço que está abaixo da crítica em São Paulo é o de iluminação elétrica, pois não tem investimento, não tem nada. É só ser usuário para saber disso.

Então, não interpretem errado, porque isso é muito ruim. Qualquer coisa que venha para no sentido de uma mudança é para melhorar. O projeto está em audiência

pública e deve ter um monte de sugestões de todo mundo.

Acho que o corpo de agrônomos que a Prefeitura tem é para muito mais do que ficar indo ver se vai podar ou não a árvore. A Prefeitura pode ter outro agrônomo que faça isso para ela. O pessoal especializado devia estar preservado para coisas maiores.

Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro encerradas as audiências públicas referentes ao PL 166/14, de autoria dos Vereadores Alfredinho, Andrea Matarazzo, Calvo, Claudinho de Souza, Coronel Camilo, Coronel Telhada, Reis, Roberto Tripoli e Toninho Paiva, que “permite a contratação, pelo Poder Público, de serviço de elaboração de laudo técnico para poda de vegetação de porte arbóreo, e dá providências correlatas”.

O PL 356/14, de autoria do Vereador Marco Aurélio Cunha, “altera a Lei Municipal 14.107, de 12 de dezembro de 2005, para estabelecer suspensão temporária de prazos para apresentação de impugnação a auto de infração, notificação de lançamento e recurso”.

O PL 259/13, de autoria do Vereador Alessandro Guedes, “obriga o Poder Executivo Municipal a publicar, na imprensa oficial, disponibilizar no site oficial da Prefeitura e em cada unidade escolar, dados referentes à qualidade da educação ofertada”.

O Vereador Andrea Matarazzo pede para informar que seu gabinete fica no 5º andar, sala 506 e se coloca à disposição para continuar esse debate.

Agradeço a todos a presença, em especial à Sra. Adriana Biazzi, Assessora Chefe da Assessoria Técnica de Obras e Serviços da Coordenação de Subprefeituras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.